

No. 39735

---

**Brazil  
and  
Dominican Republic**

**Memorandum of understanding between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Dominican Republic within the program of international cooperation of the Ministry of Health of Brazil. Geneva, 30 January 2003**

**Entry into force:** *30 January 2003 by signature, in accordance with section 4*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 4 December 2003*

---

**Brésil  
et  
République dominicaine**

**Mémorandum d'accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République dominicaine dans le cadre du programme de coopération internationale du Ministère de la santé du Brésil. Genève, 30 janvier 2003**

**Entrée en vigueur :** *30 janvier 2003 par signature, conformément à la section 4*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 4 décembre 2003*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

MEMORANDUM DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA  
NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL  
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Dominicana  
(doravante denominados “Partes”),

Considerando que a pandemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) tem afetado sobretudo os países com menor desenvolvimento relativo da África, Ásia, América Latina e Caribe e com capacidade de resposta limitada;

Considerando o reconhecimento da comunidade internacional, em diferentes instâncias, da importância de se garantir e aumentar o acesso a medicamentos para AIDS, por intermédio dos seguintes instrumentos: a) Resolução E/CN.4/RES/2001/33, de 20 de abril de 2001, da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU); b) Resolução WHA 54.11, de 21 de maio de 2001 da Organização Mundial da Saúde (OMS); e c) Declaração sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) e Saúde Pública, de 14 de novembro de 2001, da Organização Mundial do Comércio (OMC);

Tendo em conta o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em 8 de fevereiro de 1985;

Reconhecendo a experiência e os resultados brasileiros exitosos nas ações integradas de assistência e prevenção do HIV/AIDS;

Conscientes da necessidade de executar projetos e atividades específicos de cooperação que possam contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento econômico e social de outros países com menor desenvolvimento social relativo e o impacto desses projetos na melhoria da qualidade de vida de significativas parcelas de populações afetadas às áreas dos projetos;

Considerando que os projetos e atividades identificados aportarão significativos benefícios às políticas setoriais de ambos os países, além de contribuir para o fortalecimento institucional e se revestirem de caráter multiplicador;

Reconhecendo a eficácia da cooperação em saúde como meio de concertação e diálogo político;

Firmam o presente Memorandum de Entendimento, imbuídos do espírito de amistosa cooperação:

1. O presente Memorandum de Entendimento tem como objeto a implementação do “Projeto de Assistência de Prevenção do HIV/AIDS”, no âmbito do “Programa de Cooperação Internacional para Ações de Controle e Prevenção do HIV para Países em Desenvolvimento”, contribuindo com os esforços da República Dominicana em promover uma resposta efetiva para o controle da epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e AIDS, bem como estabelecendo os parâmetros de sua execução;

2. O “Programa de Cooperação Internacional para Ações de Controle e Prevenção do HIV para Países em Desenvolvimento”, doravante denominado “Programa”, reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

a) o Programa apoiará um Projeto-Piloto negociado e aprovado pelas Partes;

a1) o Projeto-Piloto deverá especificar, até 2 (dois) meses após a assinatura do presente Memorandum de Entendimento, as responsabilidades dos órgãos governamentais envolvidos em sua implementação, o objetivo (conforme o item b, abaixo), os resultados esperados, o cronograma e os recursos financeiros;

b) o Projeto-Piloto preverá o tratamento de aproximadamente 100 (cem) pessoas vivendo com HIV e AIDS na República Dominicana, com medicamentos anti-retrovirais genéricos produzidos no Brasil e fornecidos pelo Ministério da Saúde brasileiro;

b1) a internalização dos medicamentos supracitados, bem como de quaisquer outros insumos envolvidos na execução do Projeto-Piloto, deverá ser realizada pelo Governo da República Dominicana;

- c) o Projeto-Piloto terá duração de 1 (um) ano, ao final do qual, havendo acordo entre as partes, os tratamentos mencionados na letra “b” do parágrafo 2 passarão a ser de responsabilidade do Governo da República da República Dominicana;
  - d) a partir da conclusão do Projeto-Piloto com apoio do Governo brasileiro, o Governo da República Dominicana se compromete a dar seguimento fornecendo, direta ou indiretamente, os recursos técnicos e financeiros necessários aos serviços de assistência e tratamento das pessoas vivendo com HIV e AIDS envolvidas, incluindo medicamentos anti-retrovirais;
  - e) o Projeto-Piloto poderá contemplar a participação de terceiros países e de organismos multilaterais de cooperação e organizações não-governamentais em ações específicas;
  - f) para efeitos de coordenação, monitoramento e avaliação das ações de cooperação derivadas do presente Memorandum de Entendimento, as Partes designam, pelo lado brasileiro, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Saúde, no âmbito das respectivas competências, e, pelo lado da República Dominicana, a entidade ou instituição competente.
3. Qualquer direito relativo à propriedade intelectual que porventura surja das atividades e ações do presente instrumento, deverá indicar expressamente a participação de ambas as Partes, não podendo caracterizar promoção individual de qualquer uma delas.
- 3.1) Todos os documentos e informes produzidos durante a execução dos projetos poderão ser divulgados desde que recebida a autorização das instituições participantes, podendo ser estabelecida sua confidencialidade caso solicitado por uma das instituições participantes.
4. O presente Memorandum de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a vigência de 2 (dois) anos; poderá ser renovado por mais 2 (dois) anos, por manifestação expressa das Partes.
5. O presente Memorandum de Entendimento poderá ser denunciado a qualquer momento por qualquer uma das Partes, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses depois da data do recebimento da notificação respectiva.
6. As eventuais controvérsias surgidas na execução do presente Memorandum de Entendimento serão dirimidas por todos os meios pacíficos e amigáveis admitidos no Direito Internacional Público, privilegiando-se a realização de negociações diretas entre as Partes.

Feito em Genebra, em 30 de janeiro de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA  
Embaixador, Representante Permanente junto às  
Nações Unidas e demais Organizações  
Internacionais em Genebra, Suíça



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DOMINICANA

LUIS EMILIO MONTALVO ARZENO  
Diretor-Executivo do Conselho Presidencial  
para o HIV/AIDS (COPRESSIDA)

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

MEMORANDUM DE ENTENDIMIENTO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA  
FEDERATIVA DE BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DOMINICANA  
EN EL AMBITO DEL PROGRAMA DE COOPERACION INTERNACIONAL  
DEL MINISTERIO DE SALUD DE BRASIL

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

y

El Gobierno de la República Dominicana  
(en adelante denominados “Las Partes”),

Considerando que la pandemia del Síndrome de la Inmunodeficiencia Adquirida (SIDA) ha afectado sobretodo a los países de menor desarrollo relativo de África, Asia, América Latina y Caribe y con capacidad de respuesta limitada;

Considerando el reconocimiento de la comunidad internacional, en distintas instancias, sobre la importancia de garantizar y ampliar el acceso a medicamentos para el SIDA, por intermedio de los siguientes instrumentos: a) Resolución E/CN.4/RES/2001/33, del 20 de abril de 2001, de la Comisión de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas (ONU); b) Resolución WHA 54.11, del 21 de mayo de 2001 de la Organización Mundial de la Salud (OMS); y c) Declaración sobre el Acuerdo sobre Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual Relacionados al Comercio (TRIPS) y Salud Pública, del 14 de noviembre de 2001, de la Organización Mundial del Comercio (OMC);

Teniendo en cuenta el Acuerdo Básico de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República Dominicana, firmado el 8 de febrero de 1985;

Reconociendo la experiencia y los resultados brasileños exitosos en las acciones integradas de asistencia y prevención del VIH/SIDA;

Conscientes de la necesidad de ejecutar proyectos y actividades específicos de cooperación que puedan contribuir de manera efectiva para el desarrollo económico y social de otros países de menor desarrollo social relativo y el impacto de esos proyectos en la mejora de la calidad de vida de partes significativas de las poblaciones afectadas a las áreas de los proyectos;

Considerando que los proyectos y las actividades identificados aportarán significativos beneficios a las políticas sectoriales de ambos países, además de contribuir para el fortalecimiento institucional y revestirse de carácter multiplicador;

Reconociendo la eficacia de la cooperación en salud como medio de concertación y diálogo político;

Firman el presente Memorandum de Entendimiento, imbuidos del espíritu de amistosa cooperación:

1. El presente Memorandum de Entendimiento tiene como objeto la implementación del “Proyecto de Asistencia de Prevención del VIH/SIDA”, en el ámbito del “Programa de Cooperación Internacional para Acciones de Control y Prevención del VIH para Países en Desarrollo”, contribuyendo con los esfuerzos de la República Dominicana en promover una respuesta efectiva para el control de la epidemia del Virus de la Inmunodeficiencia Humana (VIH) y el SIDA, así como establecer los parámetros de su ejecución;

2. El “Programa de Cooperación Internacional para Acciones de Control y Prevención del VIH para Países en Desarrollo”, en adelante denominado “Programa”, será regido por las siguientes directrices:

a) el Programa apoyará un Proyecto-Piloto negociado y aprobado por las Partes;

a1) el Proyecto-Piloto deberá especificar, hasta 2 (dos) meses después de la firma del presente Memorandum de Entendimiento, las responsabilidades de los órganos gubernamentales involucrados en su implementación, el objetivo (de acuerdo con el ítem b, abajo), los resultados esperados, el cronograma y los recursos financieros;

b) el Proyecto-Piloto preverá el tratamiento de aproximadamente 100 (cien) personas viviendo con VIH y SIDA en la República Dominicana, con medicamentos antirretrovirales genéricos producidos en Brasil y suministrados por el Ministerio de Salud brasileño;

b1) el despacho aduanero de los medicamentos supracitados, así como de cualquier otros insumos involucrados en la ejecución del Proyecto-Piloto, estará a cargo del Gobierno de la República Dominicana;

- c) el Proyecto-Piloto tendrá una duración de 1 (un) año al final del cual habiéndose acordado entre las partes, los tratados mencionados en la letra “b” del párrafo 2, pasarán a ser responsabilidad del Gobierno de la República Dominicana;
  - d) a partir de la conclusión del Proyecto-Piloto con el apoyo del Gobierno brasileño, el Gobierno de la República Dominicana se compromete a dar seguimiento suministrando, directa o indirectamente, los recursos técnicos y financieros necesarios a los servicios de asistencia y tratamiento de las personas viviendo con VIH y SIDA involucradas, incluyendo medicamentos antirretrovirales;
  - e) el Proyecto-Piloto podrá contemplar la participación de terceros países, de organismos multilaterales de cooperación y de organizaciones no-gubernamentales en acciones específicas;
  - f) para la coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones de cooperación derivadas del presente Memorandum de Entendimiento, las Partes designan, por el lado brasileño, a la Agencia Brasileña de Cooperación (ABC) del Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE) y al Ministerio de Salud, en el ámbito de las respectivas responsabilidades, y, por el lado de la República Dominicana, a la entidad o institución competente.
3. Cualquier derecho relativo a la propiedad intelectual que por ventura resulte de las actividades y acciones del presente instrumento, deberá indicar de forma expresa la participación de ambas Partes, no siendo posible caracterizar la promoción individual de cualquier una de ellas.
- 3.1) Todos los documentos e informes producidos a lo largo de la ejecución de los proyectos podrán ser divulgados desde que lo autoricen las instituciones participantes, pudiendo ser establecida su confidencialidad si fuera solicitado por una de las instituciones participantes.
4. El presente Memorandum de Entendimiento entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá la vigencia de 2 (dos) años; podrá ser renovado por 2 (dos) años más, por manifestación expresa de las Partes.
5. El presente Memorandum de Entendimiento podrá ser denunciado en cualquier momento por cualquiera de las Partes, por vía diplomática. La denuncia será efectiva pasados 6 (seis) meses de la fecha de recepción de la notificación respectiva.



6. Las eventuales controversias surgidas de la ejecución del presente Memorandum de Entendimiento serán dirimidas por todos los medios pacíficos y amigables admitidos en el Derecho Internacional Público, principalmente mediante negociaciones directas entre las Partes.

Hecho en Ginebra, el 30 de enero de 2003, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DE BRASIL

LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA  
Embajador, Representante Permanente ante la Oficina  
de las Naciones Unidas y otros Organismos  
Internacionales en Ginebra, Suiza



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA  
DOMINICANA

LUIS EMILIO MONTALVO ARZENO  
Director Ejecutivo del Consejo  
Presidencial del SIDA (COPRESIDA)

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE DOMINICAN REPUBLIC WITHIN THE SCOPE OF THE INTERNATIONAL COOPERATION PROGRAMME OF THE MINISTRY OF HEALTH OF BRAZIL

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Dominican Republic (hereinafter referred to as the "Parties"),

Considering that the Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS) pandemic has affected primarily the relatively less developed countries of Africa, Asia, Latin America and the Caribbean, which have limited response capacities;

Considering that on various occasions, the international community has recognized the importance of ensuring and increasing access to AIDS drugs through the following instruments: (a) United Nations Commission on Human Rights resolution 2004/33 of 20 April 2001, (b) World Health Organization (WHO) resolution WHA54.11 of 21 May 2001 and (c) the World Trade Organization (WTO) Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health of 14 November 2001;

Taking into account the Basic Agreement on technical cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Dominican Republic, signed on 8 February 1985;

Recognizing the experience and successful results obtained by Brazil in the area of integrated human immunodeficiency virus (HIV)/AIDS assistance and prevention activities;

Aware of the need to implement specific cooperation projects and activities which may contribute effectively to the economic and social development of other countries of relatively lesser social development and the impact of such projects in improving the quality of life of significant portions of the affected populations in areas covered by the projects;

Considering that the projects and activities identified will significantly benefit the sectorial policies of both countries, help strengthen their institutions and have a multiplying effect;

Recognizing the effectiveness of cooperation in the field of health as a means of policy coordination and dialogue; and

Imbued with the spirit of friendly cooperation, have signed the following Memorandum of Understanding:

1. The purpose of this Memorandum of Understanding is to implement the HIV/AIDS Prevention Assistance Project in the context of the International Cooperation Programme for Actions aimed at the Control and Prevention of HIV in Developing Countries and to contribute to the efforts of the Dominican Republic to promote an effective response to control of the HIV/AIDS epidemic and set the parameters for its execution.

2. The International Cooperation Programme for Actions Aimed at the Control and Prevention of HIV in Developing Countries, hereinafter referred to as the "Programme", shall be implemented according to the following guidelines:

- (a) The Programme shall provide support for a Pilot Project to be negotiated and approved by the Parties;
  - a1) Within two months of the signing of this Memorandum of Understanding, the Pilot Project shall specify the responsibilities of the government institutions involved in its implementation and its objectives (pursuant to paragraph (b) below), anticipated results, timetable and financial resources;
- (b) The Pilot Project shall provide treatment to approximately 100 persons living with HIV/AIDS in the Dominican Republic through generic antiretroviral drugs produced in Brazil and furnished by the Brazilian Ministry of Health;
  - b1) The Government of the Dominican Republic shall be responsible for ensuring customs clearance for the aforementioned drugs and for any other supplies involved in implementation of the Pilot Project;
- (c) The duration of the Pilot Project shall be one year, at the end of which, subject to the agreement of the Parties, the Government of the Dominican Republic shall assume responsibility for the treatment mentioned in paragraph 2 (b) above;
- (d) At the end of the Pilot Project, with the support of the Brazilian Government, the Government of the Dominican Republic undertakes to ensure follow-up by directly or indirectly providing the technical and financial resources necessary to the assistance and treatment services for persons living with HIV/AIDS, including antiretroviral drugs;
- (e) The Pilot Project may consider the participation of third countries, multilateral cooperation agencies and non-governmental organizations in specific activities;
- (f) For the coordination, monitoring and evaluation of the cooperation activities conducted under this Memorandum of Understanding, the Parties designate, in the case of Brazil, the Brazilian Cooperation Agency (ABC) in the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Health, within their respective areas of competence, and, in the case of the Dominican Republic, the competent body or institution.

3. Any assertion of intellectual property rights arising from activities conducted or actions taken under this instrument shall include specific mention of the participation of both Parties and shall not promote either Party to the exclusion of the other.

3.1) Any documents and reports produced during implementation of the projects may be divulged once authorization from the participating institutions has been received. Their confidentiality may be stipulated at the request of any of the said institutions.

4. This Memorandum of Understanding shall enter into force on the date on which it is signed and shall remain in force for two years. It may be renewed for a further two years through a specific declaration by the Parties.

5. This Memorandum of Understanding may be terminated at any time by either Party through the diplomatic channel. Termination shall take effect six months after the date of receipt of the respective notification.

6. Any disputes arising from the implementation of this Memorandum of Understanding shall be resolved by any peaceful and amicable means admissible under public international law, preferably through direct negotiation between the Parties.

DONE at Geneva on 30 January 2003 in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA

Ambassador, Permanent Representative to the United Nations and other  
International Organizations in Geneva, Switzerland

For the Government of the Dominican Republic:

LUIS EMILIO MONTALVO ARZENO

Executive Director of the Presidential Council on HIV/AIDS (COPRESIDA)

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

MÉMORANDUM D'ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DOMINICAINE DANS LE CADRE DU PROGRAMME INTERNATIONAL DE COOPÉRATION DU MINISTÈRE DE LA SANTÉ DU BRÉSIL

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République dominicaine (ci-après dénommés " les Parties "),

Considérant que la pandémie du syndrome d'immunodéficience acquise (sida) a principalement touché les pays relativement moins développés d'Afrique, d'Asie, d'Amérique latine et des Caraïbes, dont les capacités d'intervention sont limitées,

Considérant qu'à diverses occasions, la communauté internationale a reconnu l'importance qu'il y avait d'assurer et d'accroître l'accès aux médicaments de traitement du sida par l'intermédiaire des instruments suivants : a) la résolution 2004/33 en date du 20 avril 2001 de la Commission des droits de l'homme de l'ONU; b) la résolution WHA54.11 en date du 21 mai 2001 de l'Organisation mondiale de la santé (OMS); et c) la Déclaration relative à l'Accord sur les ADPIC et la santé publique en date du 14 novembre 2001, de l'Organisation mondiale du commerce (OMC),

Tenant compte de l'Accord de base relatif à la coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République dominicaine, signé le 8 février 1985,

Reconnaissant l'expérience du Brésil et les résultats positifs obtenus par le Brésil dans le domaine des activités intégrées d'assistance et de prévention pour ce qui est du virus d'immunodéficience chez les humains (VIH/sida),

Conscients de la nécessité de mettre en oeuvre des projets et activités spécifiques de coopération susceptibles de contribuer effectivement au développement économique et social d'autres pays relativement moins développés sur le plan social ainsi que l'incidence de tels projets sur l'amélioration de la qualité de vie d'un pourcentage important des populations affectées dans les zones couvertes par les projets,

Considérant que les projets et activités définis entraîneront des avantages considérables pour les politiques sectorielles des deux pays, contribueront à renforcer leurs institutions et auront un effet multiplicateur, et

Reconnaissant l'efficacité de la coopération dans le domaine de la santé en tant qu'outil de la coordination et du dialogue politiques, et

Animés par un esprit de coopération amicale,

Ont signé le présent Mémoire d'accord :

1. Le présent Mémoire d'accord vise à mettre en oeuvre le Projet d'aide à la prévention du VIH/sida dans le contexte du Programme international de coopération d'actions visant à combattre et prévenir le VIH dans les pays en développement et à contribuer aux efforts déployés par la République dominicaine en vue de promouvoir une réponse efficace

pour combattre l'épidémie de VIH/sida et de mettre en place les paramètres de son exécution.

2. Le Programme international de coopération pour des actions visant à combattre et prévenir le VIH dans les pays en développement, ci-après dénommé " le Programme ", sera mis en œuvre conformément aux directives ci-après :

- a) Le Programme fournira un appui au Projet pilote qui sera négocié et approuvé par les Parties ;
  - a 1) Dans les deux mois à compter de la signature du présent Mémoire d'accord, le Projet pilote spécifiera les responsabilités des institutions gouvernementales participant à sa mise en œuvre et visant ses objectifs (conformément au paragraphe b) ci-après), les résultats anticipés, le calendrier d'exécution et les ressources financières;
- b) Le Projet pilote assumera le traitement d'environ 100 personnes affectées par le VIH/sida en République dominicaine au moyen des médicaments génériques antirétroviraux produits au Brésil et fournis par le Ministère de la santé brésilien;
  - b 1) Le Gouvernement de la République dominicaine aura pour mission d'assurer le dédouanement des médicaments susmentionnés et de toutes autres fournitures ayant trait à la mise en œuvre du Projet pilote;
- c) La durée du Projet pilote sera d'une année à la fin de laquelle, selon accord entre les parties, les traitements mentionnés dans la lettre "b" du paragraphe 2 seront sous la responsabilité du Gouvernement de la République dominicaine;
- d) Le Gouvernement de la République dominicaine s'engage, à la fin du Projet pilote et avec l'appui du Gouvernement brésilien, à assurer le suivi en fournissant directement ou indirectement les ressources techniques et financières nécessaires aux services d'assistance et de traitement des personnes affectées par le VIH/sida, y compris les médicaments antirétroviraux;
- e) Le Projet pilote pourra envisager la participation de pays tiers, d'agences multilatérales de coopération et d'organisations non gouvernementales à des activités spécifiques;
- f) En ce qui concerne la coordination, le suivi et l'évaluation des activités de coopération menées dans le cadre du présent Mémoire d'accord, les Parties désignent, pour le Brésil, l'Agence brésilienne de coopération du Ministère des affaires étrangères et le Ministère de la santé, opérant dans leurs domaines respectifs de compétence, et, dans le cas de la République dominicaine, l'organisme ou l'institution compétents.

3. Toute revendication de droits de propriété intellectuelle découlant d'activités menées ou d'actions prises en vertu du présent document devra inclure une mention précisant spécifiquement la participation des deux Parties et s'abstiendra de mettre en valeur une Partie à l'exclusion de l'autre.

3.1) Tous documents et rapports produits au cours de la mise en œuvre des projets pourront être diffusés une fois que l'autorisation des institutions participantes aura été reçue. Leur confidentialité peut être demandée par l'une ou l'autre des dites institutions.

4. Le présent Mémorandum d'accord entrera en vigueur à la date de sa signature et restera en vigueur pendant deux ans. Il pourra être renouvelé pour une autre période de deux ans par déclaration spécifique des Parties.

5. Le présent Mémorandum d'accord peut être dénoncé à tout moment par l'une ou l'autre des Parties par la voie diplomatique. La dénonciation prendra effet six mois après la date de réception de la notification à cet effet.

6. Tous différends découlant de la mise en œuvre du présent Mémorandum d'accord seront réglés par tous moyens de règlement à l'amiable admissibles en vertu du droit public international, de préférence par négociation directe entre les Parties.

Fait à Genève, le 30 janvier 2003, en deux originaux, dans les langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

L'Ambassadeur,  
Représentant permanent auprès de l'ONU  
et autres organisations internationales  
à Genève (Suisse),

LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA

Pour le Gouvernement de la République dominicaine :

Le Directeur exécutif du Conseil présidentiel  
sur le VIH/sida (COPRESIDA),

LUIS EMILIO MONTALVO ARZENO

